VISIBILIDADE, DIREITOS E EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

Alice Sales[1], Maria Emilly Da Silva Ribeiro[2].

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, graduanda em Letras - Língua Inglesa pela Universidade Regional Do Cariri (URCA)[1]. Graduanda em Letras - Língua Portuguesa e suas literaturas pela Universidade Regional Do Cariri (URCA)[2].

alice.sales@urca.br[1], maria.ribeiro@urca.br[2].

Universidade Regional do Cariri

Resumo: O modelo de educação inclusiva atual é fruto de extensas alterações estimuladas por movimentos sociais e marcos legais internacionais e nacionais. Historicamente, o atendimento às pessoas com deficiência transitou por fases de negligência, assistencialismo e institucionalização até alcançar um paradigma fundamentado nos Direitos Humanos. Nesse processo, a compreensão da deficiência passou por uma reformulação conceitual, sendo atualmente entendida como resultado da interação entre os impedimentos funcionais do indivíduo e as barreiras impostas pelo ambiente. Nessa perspectiva, a inclusão pressupõe a transformação da sociedade e das instituições de ensino para acolher a diversidade, considerando as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo. O presente estudo tem como objetivo geral investigar o percurso histórico das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência visual, analisando os principais marcos legais e normativos que contribuíram para a consolidação de práticas educacionais inclusivas no território brasileiro. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, mediante levantamento e análise da produção acadêmica acerca da deficiência visual e da inclusão educacional, bem como de documentos legais e normativos relacionados às políticas de inclusão. Os resultados preliminares evidenciam que a ampliação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência visual está diretamente relacionada à evolução dos marcos legais e à mudança da concepção social de deficiência. Entretanto, também se observam desafios relacionados à acessibilidade, à formação continuada dos profissionais da educação, à disponibilidade de recursos didáticos específicos e à eliminação de barreiras comunicacionais e pedagógicas. A análise aponta, portanto, que a existência de dispositivos legais, embora fundamental, não garante, por si só, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar. Conclui-se preliminarmente que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da

articulação entre legislação, políticas públicas e práticas pedagógicas acessíveis, de modo a assegurar condições equitativas de aprendizagem, participação, autonomia e exercício da cidadania às pessoas com deficiência visual.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Deficiência Visual; Políticas Públicas.